



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP COMPLETO - 23669116

**(para contratação de bens permanentes e de consumo, serviços em geral, obras e serviços de engenharia por licitação)**

*Guia de suporte ao preenchimento do ETP: 20487579*

### ID (PAC):

#### A. Descrição sucinta da necessidade

A Seção Judiciária do Acre (SJAC) necessita assegurar a autonomia e a resiliência do abastecimento hídrico em sua sede, em Rio Branco/AC.

A presente demanda visa à contratação de um serviço especializado de engenharia para a construção de uma fonte própria de captação de água subterrânea, de modo a garantir a continuidade operacional da instituição e mitigar os riscos associados à dependência exclusiva da rede pública de distribuição.

#### B. Justificativa expressa para a contratação

**A contratação é necessária para/porque** *(expor a finalidade e os motivos da necessidade da contratação)*

O pleno funcionamento das atividades jurisdicionais e administrativas da SJAC depende de um fornecimento ininterrupto de água.

A atual dependência da concessionária pública expõe o órgão a vulnerabilidades, como interrupções no serviço, especialmente durante os períodos de estiagem, e a custos operacionais crescentes.

A implementação de um poço tubular profundo constitui um investimento estratégico em infraestrutura, com o propósito de obter segurança hídrica, previsibilidade de custos e sustentabilidade a longo prazo.

#### A não contratação implicará

*(expor as consequências advindas da não contratação)*

A perpetuação de um risco operacional crítico. A interrupção do fornecimento de água pode levar à paralisação das atividades da Seção Judiciária, com impacto direto na prestação jurisdicional e na segurança sanitária do ambiente de trabalho.

Ademais, a não contratação mantém a exposição a despesas imprevistas com soluções emergenciais, como o uso de caminhões-pipa, e impede a otimização dos recursos públicos por meio da redução de despesas correntes.

#### C. Alinhamento da demanda com diretrizes e metas institucionais

A demanda está em plena consonância com os objetivos estratégicos de modernização da gestão pública.

O alinhamento se manifesta em três eixos principais: **1) Governança e Gestão de Riscos**, ao mitigar uma vulnerabilidade operacional de alto impacto; **2) Eficiência Administrativa e Economicidade**, ao promover a redução de despesas operacionais contínuas; e **3) Sustentabilidade**, ao criar uma fonte de recurso hídrico gerenciada de forma autônoma e responsável, em conformidade com a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário.

A presente contratação está previsto no plano de obras de 2025, conforme o Parecer Técnico SJAC-SEMOR 3/2025 (22792422) e na Nota de Crédito 23482151. O referido parecer detalha a necessidade de remanejamento de recursos e de incremento orçamentário para a execução da reforma da ETE, a implantação de um poço artesiano e a primeira etapa do novo sistema de climatização do edifício-sede em Rio Branco.

#### **D. Proposta de solução**

##### **D.1. Alternativas de solução disponíveis no mercado**

#### **Alternativa 1: Manutenção da Situação Atual (*Status Quo*)**

A primeira alternativa consiste em não realizar qualquer investimento em infraestrutura, mantendo a dependência integral do fornecimento de água pela concessionária pública local.

- **Análise Técnica e de Gestão:** Do ponto de vista técnico, é a alternativa mais simples, pois não exige novas obras ou a gestão de sistemas complexos. Contudo, do ponto de vista da gestão de riscos, representa a completa aceitação passiva de uma vulnerabilidade crítica. A continuidade das atividades jurisdicionais fica inteiramente condicionada à capacidade operacional de um terceiro, expondo a instituição a falhas na rede de distribuição, manutenções emergenciais e, de forma mais aguda, ao racionamento durante o severo período de estiagem que afeta Rio Branco, comprometendo o abastecimento por semanas.
- **Análise Econômica:** Embora não exija um investimento de capital (CAPEX) inicial, esta solução implica um custo operacional (OPEX) perpétuo, significativo e sujeito a reajustes tarifários periódicos, que tendem a ser crescentes. A ausência de previsibilidade e controle sobre uma despesa corrente estratégica contraria o princípio da eficiência na alocação de recursos públicos a longo prazo.

Conclusão da Alternativa 1: Manter o *status quo* é uma abordagem que não resolve a necessidade fundamental de autonomia e resiliência. Configura-se como a solução de maior risco operacional e menor eficiência econômica a longo prazo.

#### **Alternativa 2: Instalação de Sistema de Reservação de Grande Capacidade**

A segunda alternativa envolve a execução de uma obra civil para construir ou instalar um sistema de reservatórios de grande volume, capaz de garantir autonomia por um período predeterminado (e.g., 3 a 7 dias) em caso de interrupção do fornecimento público.

- **Análise Técnica e de Gestão:** Esta solução eleva o nível de segurança hídrica em comparação ao *status quo*, mitigando os efeitos de interrupções de curta duração. Todavia, não estabelece verdadeira autonomia, pois o sistema de reservação continua dependente da rede pública para o seu reabastecimento. A gestão do sistema demanda controles adicionais, como a manutenção da

qualidade da água armazenada para evitar contaminação. Adicionalmente, a implementação requer uma área física considerável no terreno da Seção Judiciária.

- **Análise Econômica:** Implica um CAPEX elevado para a execução da obra civil e aquisição dos reservatórios. O OPEX, embora possa ser otimizado com o enchimento dos tanques em horários de tarifa reduzida (se aplicável), ainda se baseia na compra de água da concessionária. Portanto, a despesa corrente com água não é eliminada, apenas gerenciada de forma diferente.

**Conclusão da Alternativa 2:** Trata-se de uma medida mitigatória parcial. Aumenta a resiliência a eventos de curta duração, mas não soluciona a vulnerabilidade a períodos prolongados de racionamento e não oferece os mesmos benefícios econômicos de longo prazo que uma fonte própria.

### **Alternativa 3: Perfuração e Construção de Poço Tubular Profundo (Solução Proposta)**

A terceira alternativa, escolhida e detalhada no Termo de Referência, consiste na contratação de um serviço completo de engenharia para a construção de uma fonte autônoma de captação de água subterrânea.

- **Análise Técnica e de Gestão:** É a única solução que oferece completa autonomia e independência da rede pública. A contratação incorpora mecanismos robustos para mitigar os riscos técnicos inerentes, como a exigência de um estudo geofísico preliminar para definir o ponto ótimo de perfuração, a execução de um ensaio de bombeamento de 24 horas para validar a capacidade do poço e a análise laboratorial para atestar a potabilidade da água. A gestão do ativo passa a ser internalizada, conferindo total controle sobre o recurso hídrico.
- **Análise Econômica:** O investimento (CAPEX) de R\$ 39.913,89 (trinta e nove mil novecentos e treze reais e oitenta e nove centavos) é definido e pontual. O custo operacional (OPEX) futuro é residual, limitado ao consumo de energia elétrica do conjunto motobomba e a custos de manutenção preventiva. A análise econômica demonstra um retorno do investimento a médio prazo, por meio da eliminação da despesa mensal com a concessionária, e uma expressiva economicidade a longo prazo.

**Conclusão da Alternativa 3:** Esta solução atende de forma plena e definitiva à necessidade de segurança hídrica. É a alternativa que apresenta o maior grau de resiliência operacional, o melhor resultado econômico a longo prazo e que agrega um ativo de infraestrutura permanente e estratégico à Seção Judiciária do Acre.

#### **D.2. Estimativa de preços das soluções encontradas**

R\$ 49.238,63 (quarenta e nove mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos)

#### **D.3. Razões da escolha da melhor solução** (justificar técnica e economicamente o que o levou a escolher a solução)

A Solução 3 (Perfuração de Poço Tubular Profundo) foi selecionada por apresentar a melhor relação custo-benefício e o maior grau de autonomia e segurança. Diferentemente do armazenamento (Solução 2), que apenas mitiga temporariamente a dependência, o poço a elimina.

Do ponto de vista econômico, o investimento inicial é rapidamente compensado pela drástica redução das despesas correntes com água (Solução 1), representando um ganho de eficiência orçamentária a longo prazo e a incorporação de um ativo permanente à infraestrutura da SJAC.

#### **D.4. Justificativas para o parcelamento ou não da solução**

A solução é tecnicamente indivisível. A perfuração e construção de um poço é um serviço de engenharia integrado, cujas fases (estudo geofísico, perfuração, revestimento, instalação, testes) são sequenciais e interdependentes.

O parcelamento da contratação entre diferentes fornecedores geraria riscos inaceitáveis de incompatibilidade técnica, ausência de responsabilidade unificada pela funcionalidade do sistema e aumento exponencial da complexidade de gestão e fiscalização, sendo, portanto, inviável.

##### **D.4.1. Aplicação de cotas a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)** (somente para bens de natureza divisível em que cada item ou lote de licitação tiver valor estimado superior a R\$ 80.000,00)

O valor total estimado da contratação é inferior a R\$ 80.000,00. Em conformidade com o Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, optou-se pela realização de licitação destinada exclusivamente à participação de ME e EPP, em vez da aplicação de cotas.

#### **E. Requisitos da solução escolhida**

##### **E.1. Requisitos qualitativos e quantitativos** (e análise das contratações anteriores)

A solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos extraídos do TR:

- Perfuração: Profundidade final de 70 metros, com diâmetro útil mínimo de 8 polegadas.
- Estrutura: Revestimento com tubulação mestre e filtros em PVC-U Geomecânico.
- Metodologia: Observância estrita das normas ABNT NBR 12212 e 12244.
- Validação Prévia: Realização de estudo geofísico com, no mínimo, 3 sondagens elétricas verticais (SEVs).
- Teste de Desempenho: Execução de ensaio de bombeamento com duração mínima de 24 horas.
- Qualidade da Água: Apresentação de laudo físico-químico e bacteriológico atestando conformidade com os padrões de potabilidade.
- Qualificação Técnica: O responsável técnico da empresa deverá comprovar experiência na execução de poço com profundidade de, no mínimo, 60 metros

##### **E.2. Critérios de sustentabilidade**

1. Em conformidade com o Art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), a CONTRATADA deverá conduzir todas as etapas do serviço, desde a

mobilização até a limpeza final da obra, com estrita observância aos princípios do desenvolvimento sustentável, visando à máxima eficiência, à proteção do meio ambiente e à mitigação de impactos socioambientais.

2. A execução do objeto deverá atender, de forma rigorosa, às seguintes normas e licenciamentos ambientais, sem prejuízo de outras que se apliquem:

2.1. A CONTRATADA deverá possuir ou providenciar, previamente ao início da perfuração, todas as licenças ambientais necessárias para a atividade, bem como a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, emitida pelo órgão ambiental competente no Estado do Acre.

2.2. A perfuração e construção do poço deverão seguir obrigatoriamente as normas técnicas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), notadamente:

a) ABNT NBR 12212 - Projeto de poço tubular para captação de água subterrânea.

b) ABNT NBR 12244 - Construção de poço tubular para captação de água subterrânea.

2.3. Todos os materiais e equipamentos aplicados deverão atender às normas pertinentes do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e seguir as recomendações técnicas de transporte, armazenamento e uso dos respectivos fabricantes.

3. Com vistas à eficiência energética e à Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia (Lei nº 10.295/2001), a CONTRATADA deverá assegurar que o conjunto motobomba a ser instalado possua elevado rendimento energético, comprovado por meio do Selo Procel Edifica ou por especificações técnicas que demonstrem sua conformidade com as melhores práticas de eficiência do mercado.

4. A gestão de resíduos e efluentes gerados pela obra é de responsabilidade integral da CONTRATADA, que deverá: 4.4.1. Elaborar e implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em conformidade com a Resolução CONAMA n.º 307/2002.

4.2. Realizar o manejo, transporte e destinação final ambientalmente adequados de todos os resíduos provenientes das atividades de perfuração, como solo, lama e rochas, e dos resíduos da construção, como embalagens de materiais, sobras de "AREIA MEDIA LAVADA" , "PEDRA BRITADA #1 E 2" , e do "TUBO PVC DE REVESTIMENTO GEOMECANICO NERVURADO REFORCADO, DN200 MM".

4.3. Adotar procedimentos rigorosos para prevenir a contaminação do solo e da água por óleos, graxas ou combustíveis utilizados nos equipamentos e maquinários, garantindo o recolhimento e o descarte destes resíduos perigosos por meio de empresa licenciada.

5. A CONTRATADA deverá, ainda, instruir seus empregados e pautar suas atividades pelas seguintes práticas:

5.1. Uso racional de água e energia elétrica durante todo o período da obra, evitando desperdícios.

5.2. Manutenção do canteiro de obras limpo e organizado, minimizando a geração de poeira e outros incômodos ao entorno.

5.3. Ao final do serviço, remover todo o entulho, materiais e equipamentos, realizando a limpeza completa da área, de modo a restaurar as condições originais do local, exceto pelas alterações próprias da implantação do poço.

### **E.3. Critérios de acessibilidade**

Embora o objeto principal seja subterrâneo, a execução da laje de proteção na superfície deverá ser concluída de modo a não criar barreiras, desníveis ou obstáculos que dificultem a circulação, garantindo a manutenção das condições de acessibilidade no entorno do poço.

### **E.4. Demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos** (nos casos de licitação que compreendam bens permanentes e/ou bens de consumo)

A presente seção, em seu formato de tabela, não se aplica ao objeto em análise.

A estrutura é projetada para a comparação de características de bens, onde se confrontam especificações de diferentes fabricantes. Para serviços de engenharia, a demonstração de que o mercado atende aos requisitos mínimos é aferida pela razoabilidade e proporcionalidade dos critérios de habilitação técnica exigidos no certame.

## **F. Descrição da solução como um todo**

### **F.1. Resultados pretendidos com a solução escolhida**

Segurança Hídrica: Garantir o fornecimento contínuo de água para a SJAC, eliminando a dependência da rede pública.

Resiliência Operacional: Mitigar o risco de paralisação das atividades jurisdicionais por falta de água.

Eficiência Econômica: Reduzir as despesas operacionais a longo prazo.

Valorização Patrimonial: Incorporar um ativo de infraestrutura permanente e de alto valor estratégico ao imóvel.

### **F.2. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não existem contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto. O contrato visa a uma solução completa e funcional.

### **F.3. Adequações do ambiente do órgão impostas pela solução escolhida**

A única adequação necessária será a interligação da saída do sistema de bombeamento do poço ao sistema hidráulico predial existente da SJAC, um serviço de pequena monta já previsto no escopo.

### **F.4. Descrição integral da solução**

A contratação abrange um ciclo de vida completo: inicia-se com a Fase I de planejamento e estudos (geofísica); avança para as Fases II e III de execução civil e geotécnica (perfuração, revestimento, selo sanitário); prossegue para as Fases IV e V de instalação de equipamentos e desenvolvimento (equipagem, bombeamento, limpeza); culmina na Fase VI de validação técnica (teste de vazão); e se encerra na Fase VII com a entrega da documentação final completa ("As Built", laudos, manuais e ART), formalizando a entrega de um sistema de abastecimento de água plenamente operacional.

#### G. Declaração de viabilidade

Declaro que, após análise dos elementos técnicos, jurídicos, econômicos e socioambientais, a contratação para a perfuração e construção de um poço tubular profundo é considerada **VIÁVEL**, oportuna e alinhada ao interesse público, representando a solução de maior eficácia para suprir a necessidade de autonomia hídrica da Seção Judiciária do Acre.

#### H. Nome e assinatura dos responsáveis pela elaboração e pela revisão, supervisão e controle de qualidade do ETP

Responsável pela elaboração: *(servidor da unidade requisitante)*

**Rogério Victor Alves Melo**

Supervisor da SEMOR

**Diogo Rodrigues Gonçalves Caetano**

Auxiliar da SEMOR



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Victor Alves Melo**, **Supervisor(a) de Seção**, em 25/09/2025, às 13:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23669116** e o código CRC **7433EF2B**.

Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Bairro Portal da Amazônia - CEP 69915-632 - Rio Branco - AC -  
[www.trf1.jus.br/sjac/](http://www.trf1.jus.br/sjac/)

0001361-66.2025.4.01.8001

23669116v2